



#### ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 43° VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG

JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO: VACÂNCIA



Lei de Criação nº 12.612, de 30-4-2012 Data da instalação: 17-12-2013 Data de implantação do PJe: 24-3-2015

Jurisdição: Belo Horizonte.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 28-8-2020, p. 3/4.





#### ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 3-5-2019

Às 8 horas do dia nove de setembro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. Ana Maria Amorim Rebouças, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na 43ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, Rua Mato Grosso, nº 468 – 12º andar, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Substituto, Dr. Alexandre Reis Pereira de Barros; o Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Cláudio Antônio Barcelos; os servidores Isabela Castro Lins, Juana Esteves Parreiras, Leonardo Gomes Silva, Mariana Cavallini Horta, Monaliza Carla Goes Meira, Rodolpho Moreira de Jesus, Rodrigo Avelar Diniz e Simone Andrea Vieira de Jesus; a estagiária Laura Amorim Costa Chaves. Ausente o servidor Alessandra Evaristo de Figueiredo, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

#### 1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

- 1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 508 processos, distribuídos neste ano até o dia 1-9-2020, apurando-se a média de 4,3 processos por dia útil.
- 1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS A Vara recebeu 53 cartas precatórias, dentre elas, 29 executórias, neste ano até o dia 1-9-2020, das quais 32 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.
- 1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT Existe o registro de 484 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 124 processos foram remetidos neste ano até o dia 1-9-2020.
- 1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO Há 30 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão. Há um processo para minutar





Embargos de Declaração (processo 0010934-86-2019), para o Dr. Alexandre Reis Pereira de Barros, conclusos para o magistrado em 19-8-2020 e julgado no dia 8-9-2020, Id d3f8214, com o prazo excedido conforme o artigo 1.024 do CPC.

- 1.5. CARGA PARA PERITOS Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 33 processos com perícia designada.
- 1.6. MANDADOS EXPEDIDOS Constam 196 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 66 pendentes de cumprimento, no prazo.
- 1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 45 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), há 9 processos sobrestados já julgados, com incidentes de Repercussão Geral, pelo STF, a saber:

0011637-85.2017.5.03.0181, 0011714-94.2017.5.03.0181, 0011641-31.2017.5.03.0179, 0011597-12.2017.5.03.0179, 0011602-28.2017.5.03.0181, 0011637-85.2017.5.03.0181, 0010567-62.2019.5.03.0181, 0010607-44.2019.5.03.0181, 0010534-72.2019.5.03.0181 — Tema 739: Possibilidade de recusa de aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/1997 em razão da invocação da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, sem observância da regra de reserva de plenário. (Mérito julgado 11/10/2018).

Tese firmada: "É nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o art. 949 do CPC".

Processos examinados na correição, por amostragem, temas ainda não julgados:

0010002/20, 0010234/20, 0010241/20, 0010811/19: sobrestados em razão do recurso extraordinário com repercussão geral pelo STF – Tema 1022 - "Dispensa imotivada de empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista admitido por concurso público".

- 0010523/19, 0010607/19, 0010756/19, 0010733/19, 0010887/19, 0011064/19: sobrestados em razão do recurso extraordinário com repercussão geral pelo STF – Tema nº 1046 – "Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente".

Recomenda-se, ainda, que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o\_1%C2%BA\_Grau).





Também deve ser consultada da cartilha de sobrestamento e "dessobrestamento" elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link <a href="https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha\_NUGEP.pdf">https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha\_NUGEP.pdf</a>

Está disponível no link <a href="https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg">https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg</a>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

#### 1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 1-9-2020) (fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	41
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	221
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas:

Processos audiências não designada	Processo sem audiência designada durante a fase de instrução, processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-gestão que não possuem audiência designada.	Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST
---------------------------------------	---	---





 Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo média, conforme manual do IGEST, "são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2016	1	4
2017	6	3
2018	1	2
2019	40	1
2020 – ano de referência	228	
TOTAL	276	0,23

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de setembro até o dia 01-9):

Data	Processo
25/08/2016	0011256-14.2016.5.03.0181
23/06/2017	0010842-79.2017.5.03.0181
16/11/2017	0011602-28.2017.5.03.0181
	0011597-12.2017.5.03.0179
23/11/2017	0011637-85.2017.5.03.0181
01/12/2017	0011682-89.2017.5.03.0181
18/12/2017	0011641-31.2017.5.03.0179
11/06/2019	0010438-57.2019.5.03.0181
26/06/2019	0010504-37.2019.5.03.0181
02/07/2019	0010516-51.2019.5.03.0181
03/07/2019	0010523-43.2019.5.03.0181
08/07/2019	0010534-72.2019.5.03.0181
11/07/2019	0010557-18.2019.5.03.0181
18/07/2019	0010567-62.2019.5.03.0181
22/07/2019	0010575-39.2019.5.03.0181
31/07/2019	0010607-44.2019.5.03.0181
29/08/2019	0010709-66.2019.5.03.0181
05/09/2019	0010729-57.2019.5.03.0181
09/09/2019	0010733-94.2019.5.03.0181
10/09/2019	0010742-56.2019.5.03.0181





 Indicador Pendentes (102): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	345

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	156

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa - fase de execução (item 383)	0
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	239

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável Forma de apuração		Quantidade processos		de
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos item 393 no final período de referência		0	
		Saldo de processos	do	0	





	item 90393 no final período de referência	do	
conclusos aguardando	Saldo de processos item 62 no final período de referência		0
	Saldo de processos item 90062 no final período de referência		14

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1° grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75.67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Existem 335 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 218 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) não há processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 117 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- d) não há processos no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP1.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2020 até 01/09/2020

No ano anterior, até dia01/09/2019 - havia 389 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 229 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) não há processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 160 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de setembro até o dia 01-9):





Data	Processo
28/04/2016	0010007-28.2016.5.03.0181
02/05/2016	0011398-52.2015.5.03.0181
17/05/2016	0010319-38.2015.5.03.0181
25/05/2016	0010200-43.2016.5.03.0181
06/06/2016	0010687-47.2015.5.03.0181
08/06/2016	0010353-76.2016.5.03.0181
15/06/2016	0010884-65.2016.5.03.0181
16/06/2016	0010752-42.2015.5.03.0181
08/08/2016	0010702-79.2016.5.03.0181
23/08/2016	0010839-61.2016.5.03.0181
29/08/2016	0010459-38.2016.5.03.0181
01/09/2016	0010157-09.2016.5.03.0181
12/09/2016	0011154-89.2016.5.03.0181
26/09/2016	0010720-03.2016.5.03.0181
29/09/2016	0010158-91.2016.5.03.0181
01/11/2016	0010352-28.2015.5.03.0181
11/11/2016	0010235-03.2016.5.03.0181
15/11/2016	0010687-13.2016.5.03.0181
22/11/2016	0010378-89.2016.5.03.0181
03/02/2017	0010829-17.2016.5.03.0181

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93(execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de setembro 2020 apurado até dia 1-9):

Decisões de execução		
Mês	2019	2020
01-JANEIRO	19	5
02-FEVEREIRO	39	26
03-MARÇO	17	19
04-ABRIL	38	197
05-MAIO	29	13
06-JUNHO	24	25
07-JULHO	21	26
08-AGOSTO	41	25
Totais	228	336





Decisões por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08
		2	1					
ALEXANDRE REIS PEREIRA DE BARROS	4	24	19	197	13	25		24
ALINE PAULA BONNA	1							
AUGUSTO PESSOA DE MENDONCA E ALVARENGA							1	
LUIZ FERNANDO GONCALVES							25	1
Totais	5	26	19	197	13	25	26	25

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de setembro 2020 apurado até dia 1-9):

Alvarás			
Texto Adicional 2	2019	2020	
01-JANEIRO	34	24	
02-FEVEREIRO	50	39	
03-MARÇO	65	62	
04-ABRIL	62	16	
05-MAIO	73	21	
06-JUNHO	73	48	
07-JULHO	33	52	
08-AGOSTO	77	64	
Totais	467	326	

- 1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 1-2-2020, existem 63 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400 e 90400.
- 2. PROCESSOS EXAMINADOS Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 9-9-2020 havia 5 processos:

- a) procedimento sumaríssimo: 3 processos;
- b) procedimento ordinário: 1 processo;
- c) instrução: 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0010521/20, 0010522/20, 0010532/20, 0010517/20, 0010894/19.





RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta não Vara do Trabalho possui processos físicos.

Exame dos autos dos processos 0010316/20, 0010320/20, 0010341/20, 0010355/20, 0010366/20, 0010382/20, 0010388/20, 0010380/20, 0010412/20, 0010493/20, 0010523/19, 0010607/19, 0010756/19, 0010733/19, 0010887/19, 0011064/19, 0010002/20, 0010234/20, 0010241/20, 0010811/19, 0010361/20, 0010392/20, 0010394/20, 0010420/20, 0010419/20, 0010045/20, 0010414/20, 0010424/20, 0010449/20, 0010413/20, 0010447/20, 0010396/20, 0010201/20, 0010174/20, 0010295/20, 0010098/20, 0010357/20, 0010228/20, 0010008/20, 0010405/20, 0010372/20, 0011034/19, 0010157/20, 0010968/19, 0010362/20, 0010940/19, 0010085/19, 0010044/19, 0010303/19, 0010839/19, 0010195/19, 0010743/19, 0010107/20, 0011154/16, 0010936/19, 0010541/18. 0010351/19. 0010484/19. 0010175/190010314/20, 0010321/20, 0010434/20, 0010311/20, 0010285/20, 0010444/20. 0010352/20, 0010303/20, 0010218/20, 0010322/20, 0010265/19, 0010978/19, 0010466/19, 0010461/19, 0010890/19, 0010160/20.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos "Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos", divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

- 2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.
- 2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há I ação civil pública em tramitação.

0010081-48.2017.5.03.0181 - conhecimento

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 5 ações civis coletivas em tramitação.

0001056-16.2014.5.03.0181 0010265-96.2020.5.03.0181





0010385-42.2020.5.03.0181 0010504-42.2016.5.03.0181 0010908-88.2019.5.03.0181

#### 3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA -

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	17	18	33
Instrução processo físico	1.422	2	943
Instrução processo eletrônico	88	51	58

Apuração conforme dados extraidos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	8	9	21/09/2020 - 10 dias
Procedimento Ordinário	10	9	21/09/2020 - 10 dias
Instrução	21	22	22/04/2021 - 138 dias

#### PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 1-9-2020).

 Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento. (fonte e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corri- dos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	360	58

 Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.
 (fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corri- dos)
--	-------------------------	--





Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	150	169

 Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução. (fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corri- dos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	58	757
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	7	788

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão (mês de setembro 2020 apurado até dia 1-9):

Sentenças		
Mês	2019	2020
01-JANEIRO	29	37
02-FEVEREIRO	118	68
03-MARÇO	97	57
04-ABRIL	71	17
05-MAIO	93	22
06-JUNHO	69	62
07-JULHO	65	47
08-AGOSTO	85	56
09-SETEMBRO	87	3
Totais	714	369





Sentenças por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09
ALEXANDRE REIS PEREIRA DE BARROS	24	67	57	17	22	61	11	45	3
ALINE PAULA BONNA	13	1							
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA						1			
LUIZ FERNANDO GONCALVES							36	11	
Totais	37	68	57	17	22	62	47	56	3

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2019	Média/dia útil
Julgados procedentes	69	0,3
Julgados procedentes em parte	199	0,8
Julgados improcedentes	70	0,3
Extintos com resolução de mérito	1	0,004
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	339	1,4
Extintos sem resolução de mérito	46	0,2
Arquivamento	111	0,4
Desistência	72	0,3
Outras decisões sem exame de mérito	41	0,1
Total sem exame de mérito	270	1,1
Decisões de conhecimento	609	2,6
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	137	0,6





Decisões na fase de execução	139	0,6	
Total	885	3,8	

### 4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS - Em agosto de 2020, com 21 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	0	0
Conciliação em execução	9	0,4
Encerramento de instrução Os encerramentos de instrução não são somados	0	0
Inicial/Inicial (rito sumarissimo)	46	2,1
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	29	1,3
Una/Una (rito sumarissimo)	46	2,1
Total	130	6,1

Foram realizadas 31 audiências do dia 1-9-2020 a 8-9-2020 e designadas 74 audiências do dia 9-9-2020 a 30-9-2020.

No mês de setembro de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 15 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de setembro 2020 apurado até dia 1-9:





and form (Case and Case)	Conhe	cimento	Exec	ução	Liqui	dação
Conciliação				25/02/05	PARTONERS	
Mês	2019	2020	2019	2020	2019	2020
01-JANEIRO	18	11			1	
02-FEVEREIRO	49	21	3	1	1	3
03-MARÇO	32	21		1	2	2
04-ABRIL	37	6	1	1	1	1
05-MAIO	38	5	1	1	1	1
06-JUNHO	28	30	5	1	3	1
07-JULHO	31	25	1	1	3	
08-AGOSTO	31	15	1	2	1	
09-SETEMBRO	34	2	1			
Totais	298	136	13	8	13	8

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de setembro 2020 apurado até dia 1-9):

Audiências			
Mês	2019	2020	
01-JANEIRO	66	51	
02-FEVEREIRO	168	115	
03-MARÇO	140	89	
04-ABRIL	115		
05-MAIO	154	38	
06-JUNHO	141	114	
07-JULHO	161	131	
08-AGOSTO	142	130	
09-SETEMBRO	151	9	
Totais	1238	677	

Pessoa 1	2019/01	2020/01	2020/02	2029/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09
ALEXANDRE REIS PEREIRA DE BARROS		51	115	88	38	113		129	9
ALINE QUEIROGA FORTES RIBEIRO									
AUGUSTO PESSOA DE MENDONCA E ALVARENGA							5		
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA				1		1	2	1	
JAQUELINE MONTEIRO DE LIMA	63								
LUIZ FERNANDO GONCALVES							124		
WASHINGTON TIMOTEO TEIXEIRA NETO	3								
Totais	66	51	115	89	38	114	131	130	9





Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de setembro 2020 apurado até dia 1-9):

Despachos		29-22000
Mês	2019	2020
01-JANEIRO	448	463
02-FEVEREIRO	920	677
03-MARÇO	973	797
04-ABRIL	757	401
05-MAIO	985	1021
06-JUNHO	797	1063
07-JULHO	655	1030
08-AGOSTO	923	913
09-SETEMBRO	913	44
Totais	7371	6409

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, no período da pandemia COVID-19, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 8h20min. O intervalo entre as audiências é de 15 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de 20 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

#### 5. PRODUÇÃO -

Movimentação Anual	2018	2019
	943	995
Processos recebidos		
Média por dia útil	4,1	4,3
Processos remanescentes do ano anterior	298	102
	12	10
Sentenças anuladas		
Total de processos para solução	1.253	1.107





Processos solucionados	1,141	958
Processos conciliados	396	349
Produção	91,06%	86,54%

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 5,5% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produção, verificou-se que em 2019 houve um a diminuição de 4,5%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) — desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

#### MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2020 até 1-9-2020)

 Indicador Taxa de Conciliação no Conhecimento (107): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	127
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	369

2) Indicador Taxa de Solução Conhecimento (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41,	369
	90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47,	
	90047, 48, 90048, 49 e 90049	





Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	512
-----------	--	-----

 Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	369
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	512

#### MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2020 até 1-9-2020)

 Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (109): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	345	
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	381	

 Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (110): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de Execuç		ixa na I	Fase	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	239	
Baixados Execução	na	Fase	de	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	119	İ

### MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 1-9-2020)

 Indicador Produtividade por Servidor (III): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados	na	fase	de Soma dos processos dos itens	381
conhecime	nto		375 e 90375	





Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	119	
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	10	

2) Indicador Pendentes por Servidor (112): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	345
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	239
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	10

Perfil da Vara do Trabalho			Belo Horizonte - 43a Vara	
Indicado	res / Período de referência	Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1° trim 2020 01/04/2019 a 31/03/2020	2° trim 2020 01/07/2019 a 30/06/2020
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,12	0,43	0,31
	I02 - Pendentes	639	718	716
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	12,50	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	49,57	50,35	58,57
	105 - Prazo médio na liquidação (em dias)	101,34	99,61	126,83
	106 - Prazo médio na execução (em dias)	658,05	716,53	843,08
	107 - Taxa de conciliação (%)	36,34	35,37	34,29
	I08 - Taxa de solução (%)	94,76	88,12	83,71
	I13 - Taxa de execução (%)	142,95	179,51	416,48





Meso	Congestionamento processual Força de trabalho IGEST	0,33 0,39 <b>0,3262</b>	0,38 0,45 <b>0,4258</b>	0,42 0,48 0,3577
	Produtividade	0,67	0,71	0,58
	Acervo Celeridade	0,13	0,14	0,17
	112 - Pendentes por servidor	55,88 0,10	58,00 0,44	60,44 0,13
	III - Produtividade por servidor	147,63	123,56	106,33
	IIO - Taxa de congestionamento na execução (%)	47,93	47,40	51,09
	109 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	17,52	25,13	29,72

#### 6. ARRECADAÇÃO -

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	
R\$7.868.778,91	R\$2.675.305,47	

- 7. PORTARIAS De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, na há Portarias em vigor.
- 8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho.
- 9. DA SECRETARIA Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foram encontrados excessos de prazo.





Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

#### 10. RECOMENDAÇÕES:

#### 10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se ao Secretário e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

#### 10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

- 1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que "os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação", frisando-se que "para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos", nos moldes do § 1º do referido artigo;
- 3) os embargos de declaração julgados no prazo de 5 dias, conforme o artigo 1.024 do CPC;
- saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;
- 5) envidados esforços para o cumprimento da Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, tendo em vista que esta não foi atingida no ano 2019;
- 6) observada a obrigatoriedade de que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional, nos termos do artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020;
- 7) observado, nos termos do art. 23 da Resolução Conjunta P/GCR N. 136, DE 27 DE JANEIRO DE 2020, que a Vara do Trabalho deverá adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos na referida Resolução (capítulo II, artigos 5° ao 7°), certificando a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado definitivamente. Para tanto, até a efetiva liberação do sistema garimpo, as varas do trabalho poderão consultar a existência de saldo pelos sistemas dos bancos já disponíveis, quais sejam:





https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj\_internet/acesso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal), https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx? cid=1335 (extratos do Banco do Brasil) e https://conectividade.caixa.gov.br (depósitos

recursais antes da reforma trabalhista);

8) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020, quanto ao atendimento por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do *jus postulandi*, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3a Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

- envidados esforços para aumentar a produção, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata:
- 10) observada a Portaria Conjunta, GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais, medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavirus, causador da COVID-19;
- 11) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

### 10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:

A Corregedoria Regional verificou que as recomendações, então formuladas, foram observadas.

#### 11. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era "julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 94,52%





de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

No ano 2020, até o dia 31-7-2020, o percentual alcançado foi de 69,83%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 86,31%.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1° e 2° graus.

Em 2019, quando a Meta era "identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 109,82%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era "manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 96,13% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 31-7-2020, o percentual alcançado foi de 54,34% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,61%.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era "baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 118,26%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprindo a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 31-7-2020, o percentual alcançado foi de 91,35%% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 99,92%.





Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era "identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau", esta unidade organizacional não tem Ações Coletivas no referido período.

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era "reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020", o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 49,57 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 29,86%, tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 31-8-2020, o tempo médio alcançado foi de 57,57 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 179,95 dias.

- 12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.
- 13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA Conforme o artigo 12, parágrafo 3°, da Resolução Conjunta n° 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9° da Resolução n° 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto n° 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP n° 7, de 3-10-2013.

# 13.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.





14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é "Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social".

A Corregedoria Regional recomenda seja observado o disposto no Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT Nº 01, de 14 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, especificamente quanto ao artigo 2º, onde "satisfeitos os créditos dos processos, a disponibilização de qualquer saldo existente em conta judicial ao devedor de créditos trabalhistas deve ser precedida de ampla pesquisa no Setor de Distribuição de Feitos, nos sistemas de gestão de processos judiciais anteriores ao PJe de cada Tribunal Regional do Trabalho e no sistema do Banco Nacional de Débitos Trabalhistas (BNDT), a fim de identificar processos que tramitem em face do mesmo devedor". Recomenda, também, que seja observada a Resolução Conjunta deste Regional, GP/GCR N.136, de 27 de janeiro de 2020, referente ao Projeto Garimpo.

Partícipe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU) que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em "ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão", segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 11h15min do dia nove de setembro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 115/2020, divulgado no DEJT em 28-82020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.





Ana Maria Amorim Rebouças Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO

Assinado de forma digital
por MOZART SECUNDINO
DE OLIVEIRA

ILINIOR-30831138

JUNIOR:30831138 JUNIOR:30831138

Mozart Secundino de Oliveira Júnior Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria